

Relatório do Grupo PPE



Número 7 / Julho de 2011

Orçamento da UE para 2014-2020

Pedro Lopez

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, apresentou ao plenário a proposta de financiamento da União Europeia para o período de 2014-2020, o chamado quadro financeiro plurianual. Trata-se do ponto de partida de longas negociações entre os Estados-Membros e o Parlamento Europeu, ao qual cabe aprovar o acordo final.

O Parlamento Europeu possui a sua própria proposta, aprovada em Junho último e elaborada pelo eurodeputado espanhol Salvador Garriga Polledo, na qual se preconiza um aumento de 5% no orçamento da UE para 2014-2020 mas que, conforme referiu o relator no decurso do debate, não foi tida em conta pela Comissão, que está a optar por um "quasi-congelamento" dos recursos.

A proposta da Comissão privilegia a consecução dos objectivos da UE para 2020 em matéria de crescimento e emprego, e inclui um aumento significativo - 46% - do montante previsto para a investigação e a inovação e para o reforço dos programas da UE nos domínios da educação, formação e juventude, em sintonia com os desejos do Parlamento. Por outro lado, porém, propõe uma redução significativa nas despesas agrícolas, em contradição com as opiniões expressas pelos eurodeputados.

"Registamos com apreço os esforços envidados, sobretudo, nos domínios da coesão, das redes transeuropeias, da eficiência energética, da imigração, dos recursos próprios e da investigação. Lamentamos que a política agrícola comum seja a única política que perde em termos líquidos, a fim de beneficiar outras políticas comuns. Têm de ter em atenção as preocupações legítimas daqueles que desenvolvem a sua actividade no sector da agricultura", salientou Garriga Polledo.

Salvador Garriga Polledo adiantou que as propostas da Comissão, a par do período de austeridade devido à crise económica e às restrições nos orçamentos nacionais, deixarão pouco espaço de manobra para negociações entre o Parlamento Europeu e os 27 Estados-Membros. Lançou, porém, um apelo a todos os Estados-Membros para que, nas difíceis negociações que se

avizinham, tenham presente que o próximo quadro financeiro plurianual deve fazer da UE "uma referência para o futuro, não um bode expiatório para as deficiências nacionais".

Prioridades da Presidência polaca: a resposta à crise é mais Europa

Joanna Bekker

Em 1 de Julho de 2011, a Polónia assumiu a Presidência rotativa da UE, sucedendo assim à Hungria. O Primeiro-Ministro polaco, Donald Tusk, apresentou ao plenário em Estrasburgo, no período de sessões de Julho, o ambicioso programa da Presidência da UE para o próximo semestre.

"O Parlamento Europeu tem sido uma instituição e um fórum que nunca deixou de acreditar no significado de uma Europa unida", afirmou o Primeiro-Ministro no seu discurso de abertura.

"A resposta à crise – tanto a actual crise da situação financeira de alguns Estados como a crise mais profunda, a crise de confiança na Europa, a crise global – será menos Europa? A resposta é uma Europa unida", salientou o Primeiro-Ministro Tusk.

Em relação aos dilemas e desafios a que a União tem de fazer face, Donald Tusk remeteu para o debate sobre as barreiras no interior do espaço Schengen. "É do interesse da União salvaguardar estes direitos fundamentais dos cidadãos europeus. A União deve reforçar as suas fronteiras externas e a FRONTEX mas não criar barreiras dentro da União. "

"Estou convicto de que a resposta à crise é mais Europa, mais integração europeia, e isto passa por Instituições Europeias fortes", frisou Donald Tusk.

"As prioridades polacas, ou antes as prioridades europeias, durante a Presidência polaca estão em sintonia com a nossa convicção de que, com mais Europa, menos crises teremos pela frente", acrescentou. Uma Europa segura em termos de capacidades militares, segurança energética e segurança alimentar constitui uma das três prioridades principais da Presidência polaca. A segunda prioridade são os avanços que a Polónia deseja realizar no domínio do mercado interno, e a terceira prende-se com a abertura da União em relação aos países seus vizinhos – aos que aspiram a tornar-se membros da UE e aos que jamais farão parte da União mas comungam com ela dos mesmos valores. "A nossa visão é uma visão pragmática. Queremos mais Europa dentro da UE mas também em redor das suas fronteiras".

O presidente do Grupo PPE, Joseph Daul (F), saudou a determinação da Presidência polaca. "A construção europeia estará no ceto das prioridades da nova Presidência do Conselho – o euro e o mercado interno -, para grande satisfação do Grupo PPE", declarou o presidente, dirigindo-se a Donald Tusk. É disso que a Europa precisa."

A Presidência húngara fortaleceu a Europa

Miklós Panyi

Pela primeira vez à frente dos destinos da União, a Presidência húngara conseguiu, num ambiente económico e político complexo, marcado pela crise do euro e pelos tumultos no Norte de África, realizar avanços significativos em relação a todas as suas prioridades, contribuindo assim para o fortalecimento da Europa.

Um dos principais êxitos da Presidência húngara foi a conclusão das negociações de adesão da Croácia, que confere um novo impulso à integração dos Balcãs Ocidentais. A primeira estratégia europeia para os Roma constitui igualmente uma conquista histórica. A Presidência preparou também o lançamento da segunda iniciativa macro-regional da UE – a Estratégia para a Região do Danúbio. Foram dados passos importantes na adesão ao espaço Schengen por parte da Roménia e da Bulgária, países que já preencheram os requisitos para o efeito.

Graças aos esforços da equipa da Presidência, o acordo sobre a governação económica foi alcançado em 98% e, em simultâneo, foi lançado o primeiro Semestre Europeu com vista a reforçar a disciplina orçamental. A decisão tomada em Fevereiro pelos Estados-Membros no sentido da criação, até 2014, de um mercado comum da energia contribuirá para melhorar a segurança energética da UE. Para além destas, outras importantes decisões foram tomadas nos domínios da política agrícola comum e da política de coesão.

A Presidência húngara reagiu igualmente com determinação às situações imprevistas e extraordinárias que marcaram os últimos seis meses, nomeadamente, os acontecimentos no Norte de África e os aflusos de imigrantes e refugiados que se lhes seguiram, bem como as consequências da catástrofe nuclear no Japão.

Para além da longa lista de progressos realizados, as observações favoráveis de dirigentes de topo da UE – entre eles José Manuel Barroso, Jerzy Buzek e Herman Van Rompuy – e de deputados ao PE são prova evidente de que o desempenho da Presidência húngara foi coroado de êxito.

Cabe agora à Polónia assumir a liderança!

CRIS: O Parlamento defende uma governação económica reforçada e a estabilidade global

Sarita Rauta

O Parlamento Europeu votou favoravelmente, esta semana, em Estrasburgo, o relatório final da Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social (CRIS). Esta comissão parlamentar especial foi constituída com o objectivo de analisar e avaliar a dimensão da crise financeira, económica e social e formular recomendações abrangentes para futuras políticas estruturais.

O relatório da CRIS foi aprovado por uma ampla maioria, com 434 votos a favor, 128 contra e 33 abstenções, de um total de 595 votos. A posição do Grupo PPE foi totalmente aceite.

É evidente que o Grupo PPE consolidou a linha de rumo previamente definida em comissão no tocante à importância do crescimento, da competitividade, do comércio livre e equilibrado, do aprofundamento do mercado interno, com destaque para o sector dos serviços, e de uma maior abertura dos contratos de direito público, com o apoio do Grupo ALDE. O Grupo S&D viu rejeitadas as escassas propostas diferentes que apresentara nestas matérias, e o mesmo se verificou no caso dos Verdes.

Importa salientar que as propostas concretas relativas às Eurobonds, que foram apresentadas pelo Grupo PPE, receberam o apoio da esmagadora maioria da Assembleia, à semelhança das outras propostas do grupo quanto ao financiamento da Estratégia UE-2020, à coordenação das políticas fiscais e à educação.

A alteração fundamental sobre a necessidade de um orçamento "de dimensão suficiente para permitir adaptar o euro em moldes sustentáveis" foi aprovada.

À comissão especial foi confiado como mandato único o de elaborar um relatório com as análises e recomendações do Parlamento sobre as medidas a tomar em relação à crise. Após a aprovação final do relatório em sessão plenária, a comissão será dissolvida.

Processo de reforma no Norte de África deve prosseguir

Peter Adler

O Parlamento Europeu aprovou, esta semana, uma resolução em que exorta os povos dos países do mundo árabe a persistir no processo em curso de transição para democracias modernas e pluralistas em que os direitos humanos e civis fundamentais sejam respeitados. Intervieram no debate em plenário Ioannis Kasoulides (CY), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelas Relações Externas, e José Salafranca Sánchez-Neyra (ES), Coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Assuntos Externos.

"Devemos, novamente, condenar com veemência o uso desproporcionado da força, por parte do regime, contra manifestantes pacíficos", afirmou Ioannis Kasoulides. "Lamentamos a perda de muitas vidas humanas e o elevado número de feridos, e desejamos manifestar as nossas condolências às famílias das vítimas. A continuação do processo de transição passa forçosamente pela cessação imediata do derramamento de sangue e pela libertação imediata das pessoas detidas".

"O Grupo PPE solicita aos líderes políticos dos países árabes que respeitem os seus compromissos e empreendam, com a maior brevidade, um processo de diálogo político aberto e construtivo, com a participação de todos os partidos e movimentos políticos democráticos e representantes da sociedade civil", afirmou José Salafranca Sánchez-Neyra. "O objectivo deve ser preparar o caminho para a verdadeira democracia e a implementação de reformas institucionais, políticas, económicas e sociais, que são essenciais para a estabilidade e o desenvolvimento a longo prazo destes países e da região em geral."

Os dois eurodeputados salientaram igualmente a importância da liberdade religiosa e da liberdade de pensamento: "Importa garantir a protecção das várias comunidades religiosas na Síria, incluindo o elevado número de refugiados iraquianos que chegaram ao país. A liberdade de pensamento, consciência e religião são direitos humanos inalienáveis que devem ser garantidos pelas autoridades. Instamos as autoridades a assegurar uma protecção fiável e eficaz a todos os grupos religiosos presentes nestes países e a garantir a segurança pessoal e a integridade física dos membros de todas as comunidades religiosas", salientou o deputado Salafranca Sánchez-Neyra.

A respeito dos recentes acontecimentos em vários países da região, o deputado Kasoulides declarou: "O Grupo PPE saúda a decisão do Conselho de impor medidas restritivas à Síria e aos responsáveis pelos actos de repressão violenta contra a população civil. Condenamos energicamente os recentes ataques armados no Líbano, incluindo o ataque contra o palácio presidencial em 3 de Junho de 2011. Saudamos o levantamento do estado de segurança nacional no Barém e a apelo ao diálogo nacional lançado por Hamad Bin Isa al-Khalifa, rei

do Barém. Congratulamo-nos igualmente com o processo de transição democrática em curso no Egipto e na Tunísia enquanto primeiros exemplos do actual processo de democratização e da nova vaga de participação de cidadãos, nomeadamente da juventude, no mundo árabe. O Grupo PPE deseja ainda manifestar o seu apoio permanente ao empenho da comunidade internacional em proteger a população civil na Líbia, incluindo mediante a intensificação da pressão sobre o regime líbio, e em apoiar a construção de um Estado democrático na Líbia. Reiteramos que o Coronel Kadafi deve abandonar o poder de imediato."

Derivados: mais transparência e estabilidade

Thomas Bickl

Os instrumentos derivados em breve serão objecto de regulamentação da UE. Esta semana, o Parlamento Europeu adoptou a sua posição em relação à futura legislação comunitária. Os deputados exigem mais transparência e estabilidade, nomeadamente em relação aos derivados negociados a partir do mercado de balcão e susceptíveis de causar perturbações maciças nos mercados financeiros. "Estamos determinados a ter uma peça legislativa com um mínimo de isenções para obter um efeito estabilizador máximo", afirmou Werner Langen (D), membro do Grupo PPE e relator do Parlamento Europeu para o regulamento relativo aos derivados.

Os eurodeputados pretendem que o regulamento abranja todos os derivados do mercado de balcão (OTC) e que estes sejam objecto de avaliações de risco e de compensação. Tais derivados têm, até ao presente, sido processados numa base bilateral. É necessário dotar de mais transparência essa caixa preta que vale biliões de euros. O Parlamento reclama a adopção de procedimentos normalizados, de requisitos de comunicação de dados e o recurso a dispositivos de compensação em plataformas comerciais organizadas. As autoridades nacionais de supervisão e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) terão a seu cargo as funções de supervisão.

Todos os instrumentos derivados estarão sujeitos a uma obrigação de notificação. "Deve haver transparência no volume total de transacções, a fim de conseguir um máximo de estabilidade dos mercados financeiros e permitir que as autoridades de supervisão efectuem correctamente o seu trabalho. Caso contrário, a gestão dos riscos não será possível", salientou o deputado Langen. As negociações com o Conselho sobre a formulação definitiva do regulamento terão início após o período de interrupção do Verão.

Ligar o 112 pode salvar vidas, mas o sistema deve ser melhorado

Katarzyna Klaus

O número de emergência europeu "112" é um número que pode salvar vidas, e o serviço deve funcionar sem sobressaltos em todos os Estados-Membros. Róza Thun (PL), porta-voz do Grupo PPE sobre esta questão, reconhece que a Comissão deve garantir a plena acessibilidade do número 112, nomeadamente a pessoas com diferentes tipos de deficiência. Na sua resolução, o Parlamento Europeu solicita a todos os Estados-Membros que melhorem a precisão e a fiabilidade das informações sobre a localização dos autores de chamadas de emergência, ao abrigo das novas regras das telecomunicações da UE, e que aperfeiçoem a sua tecnologia, tendo como objectivo final a localização automática de todas as chamadas do 112. O Parlamento considera que devem ser previstas sanções contra os Estados-Membros que não cumpram as suas obrigações nesta matéria.

"Acima de tudo, o número de emergência europeu 112 deve ser 100% fiável. Temos de tornar a chamada de emergência automática ("eCall") um serviço obrigatório e garantir a localização automática de todas as chamadas do 112, incluindo as chamadas de clientes de "roaming", afirmou. "Devemos intensificar os nossos esforços de informação aos cidadãos sobre a existência do número 112. De momento, apenas 26% dos cidadãos da UE conseguem identificar de forma espontânea o 112 como o número telefónico que devem ligar para aceder aos serviços de emergência em qualquer ponto da UE", acrescentou.

Os eurodeputados salientaram a importância de promover o número de emergência 112. Uma maior sensibilização do público e uma eficácia acrescida das linhas de emergência devem ser objectivos prioritários para os Estados-Membros. Os eurodeputados instaram igualmente a Comissão a estabelecer um "sistema 112 em sentido inverso", ou seja, um sistema destinado a avisar e alertar os cidadãos em caso de emergência ou catástrofe.

Embalagem dos géneros alimentícios: melhor informação para os consumidores sobre os alimentos vem a caminho

Thomas Bickl

Em breve haverá normas vinculativas da UE para as informações nutricionais apostas na embalagem dos géneros alimentícios. O Parlamento Europeu aprovou esta semana um novo regulamento da UE sobre esta matéria. "Futuramente, os cidadãos encontrarão muito mais e melhores informações do que antes na embalagem dos produtos alimentares. Todas as indicações da rotulagem devem ser legíveis e, pela primeira vez, a caixa nutricional passa a

ser obrigatória", afirmou Renate Sommer (D), membro do Grupo PPE e relatora do Parlamento Europeu para este assunto.

A caixa nutricional conterá a indicação do teor calórico por 100 g/ml, bem como o teor de açúcar, sal, gorduras e proteínas. Estão previstas regras adicionais rigorosas contra práticas de embalagem enganosas. Os designados alimentos de imitação devem conter na frente da embalagem a indicação obrigatória, em letras grandes, do ingrediente de substituição utilizado ("feito com gordura vegetal", no caso dos queijos de imitação ou análogos), a fim de serem claramente identificados. A origem da carne fresca deve igualmente ser indicada no rótulo.

Em relação a todas as outras categorias de produtos, como o leite e os lacticínios, a carne em alimentos transformados e os alimentos compostos por um único ingrediente, a Comissão é instada a realizar um estudo de impacto sobre eventuais disposições em matéria de rotulagem. As novas normas serão aplicáveis a partir de Outubro de 2013.

Scanners de segurança nos controlos aeroportuários

Pedro López

Há quatro anos, o Parlamento Europeu rejeitou categoricamente a utilização dos chamados scanners corporais nos controlos de segurança nos aeroportos. Estes dispositivos, que permitem detectar se um passageiro transporta consigo objectos perigosos, suscitaram preocupações no tocante ao respeito pela privacidade e pela saúde dos passageiros, devido à tecnologia utilizada, emissora de radiações ionizantes.

A evolução da tecnologia trouxe novos argumentos favoráveis à utilização destes dispositivos, tendo em conta que estes representam uma mais-valia na luta contra o terrorismo. O Parlamento aprovou esta semana uma resolução sobre segurança da aviação civil, na qual são definidas as condições para a utilização dos agora designados scanners de segurança nos controlos aeroportuários.

Os scanners de segurança nos pontos de controlo nos aeroportos não podem emitir radiações ionizantes; tão-pouco devem exhibir, processar ou armazenar qualquer tipo de imagem corporal, a fim de garantir a protecção dos dados pessoais. Acresce que os passageiros devem ter o direito de recusar este tipo de rastreio corporal, no entendimento de que deverão, nesse caso, ser submetidos a outros tipos de controlos de segurança, porventura mais complexos e demorados. Para o Parlamento Europeu, é essencial que os passageiros sejam informados sobre o scanner corporal e o procedimento de

rastreio, e, nesse contexto, impõe-se igualmente uma melhoria da formação do pessoal de segurança dos aeroportos.

"Dispomos agora de sistemas que oferecem claramente um valor acrescentado em termos de segurança, sem riscos para os passageiros", afirmou Luís de Grandes (ES), a quem coube redigir o texto que o Parlamento aprovou por uma ampla maioria. As novas máquinas "não são as que vimos no passado nos jornais e na televisão; já não mostram um corpo humano mas antes uma imagem normalizada, que indica, simplesmente, se o passageiro transporta ou não algo perigoso", explicou.

Na sua resolução, o Parlamento aborda igualmente a questão dos líquidos, aerossóis e géis, e apela a que a proibição de transportar líquidos seja substituída, a partir de 2013, pela obrigação de rastreio dos mesmos.